

**Reunião pública – Ata n.º 26/2015****Data** 2015-12-07**Início** 14.35 horas**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo:** 16.45 horas**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Hélder Duarte Henriques
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

O Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques justificou a sua ausência à reunião e solicitou a sua substituição pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Grupo de Cidadãos Independentes por Tomar concorrente à Câmara Municipal, Hélder Duarte Henriques, nos termos do artigo 78.º da LAL. Após conferida a sua identidade, verificado o seu posicionamento na respetiva lista bem como a sua legitimidade, procedeu-se de imediato à substituição do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques.

Faltou à reunião o Sr. Vereador Rui Miguel dos Santos Serrano.

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:

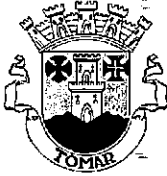
**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 9/11/2015**

**BALANCETE**

**N.º 01 – TARIFÁRIO DOS SMAS PARA 2016 (8856/ENTE/DAJA/2015 - 1/ENTEXT/PR/2013)**

**INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:**

**N.º 02 – TRANSPORTE A PEDIDO NO CONCELHO DE TOMAR (78/PPRC/PR/2015)**



- N.º 03 – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2016 DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO (79/PPRC/PR/2015 - 22/ENTEXT/PR/2013)-----**
- N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS NA SENHORA PRESIDENTE – despachos ao abrigo da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (80/PPRC/PR/2015)-----**
- N.º 05 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE NOVEMBRO DE 2015 (114/PGEN/PR/2015 - 15/DIVER/PR/2013)-----**
- GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----**
- N.º 06 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – novembro de 2015 (27/PGEN/GC/2015)-----**
- GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----**
- N.º 07 – FEIRA DE SANTA IRIA 2015 – Relatório e Balancete (81/PGEN/GELS/2015 - 9/DIVER/GELS/2014)-----**
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**
- N.º 08 – EMPREITADA DE VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE TOMAR - ÁREA 13 - BAIRRO DA CHROMELA – Liberação de caução (5557/ENTE/DAJA/2015 - 31/CONPUB/DOM/2013) -----**
- N.º 09 – CEDÊNCIA DE VEICULO PESADO À JUNTA DE FREGUESIA DE PAIALVO (8101/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 10 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Pavilhão multiusos – estacionamento – Proc.º 10/2014 (8788/ENTE/DAJA/2015 - 10/EDIF/DGT/2014)-----**
- N.º 11 – REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO PECUÁRIA EM BEMPOSTA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE TOMAR – Paulo Fernando Alves Fernandes, Cabeça de Casal da Herança de Maria Celestina Graça Alves (88/PEDI/DGT/2015 - 250/DIVER/DGT/2015) ----**
- N.º 12 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – EXERCÍCIO DO DIREITO DE REVERSÃO DO LOTE 4 ALT – PROCESSO 1351/2000 – LENOBETÃO, S.A. (69/RJUE/DGT/2015 - 464/EDIF/DGT/2015)-----**
- N.º 13 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – CADUCIDADE – PROCESSO 864/2001 - Fernando Rogério de Oliveira Esteves (13/SAIE/DGT/2015 - 445/EDIF/DGT/2015)-----**
- DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**



*J. M.*

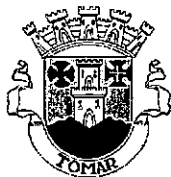
**N.º 14 – TABELA DE PREÇOS DO PARQUE DE CAMPISMO DE TOMAR – ATUALIZAÇÃO**  
(195/PGEN/DTC/2015 - 3/ESPEQ/DTC/2014)-----

**EXPEDIENTE:**-----

**N.º 15 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO**  
(8859/ENTE/DAJA/2015 - 1/ENTEXT/PR/2013 e 8860/ENTE/DAJA/2015 - 1/ENTEXT/PR/2013)-

**Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e deu início ao período de Atendimento ao Público.**-----

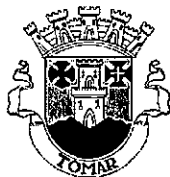
**O Sr. Américo Costa** começou por desejar feliz Natal e boas festas, referindo que, estando numa época de paz e amor ia resumir a sua intervenção para haver o menos chatice possível. Referiu-se à injustiça de que tem sido alvo pelo facto de a Sra. Presidente teimar em estar acima da lei, nomeadamente a falta de resposta à reclamação número cento e quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e um, que efetuou na Divisão de Gestão do Território, em treze de março de dois mil e quinze, visando a senhora Presidente e o senhor Vice-Presidente. Recordou que a Sra. Presidente tinha trinta dias úteis para lhe mandar a resposta, por escrito, e, decorrido quase um ano, ainda não a recebeu. Relembrou que na origem desta reclamação está um episódio muito triste, de que a Sra. Presidente foi responsável, em que, depois de lhe terem feito todas as perguntas, foram ao estabelecimento do seu pai (o empresário mais antigo de Tomar e um dos mais antigos de Portugal) questionar se tinha pegado numa árvore de noventa quilos e quatro metros de altura e a tinha colocado na Rotunda. Referiu que, se isso não é tentativa de humilhação de um octogenário não sabe o que podiam ter feito pior, garantindo que o assunto não está esquecido e irá repeti-lo até que a voz lhe doa. Salientou que, mais uma vez, não houve decoração na principal rotunda de Tomar, o que é das coisas mais tristes de ver, referindo que, em Torres Novas e, particularmente, no Entroncamento, outrora vilazitas, todas as rotundas têm qualquer coisa alusiva à época, o que dá mais vida que essas decorações pobres que meteram aí, sem jeito nenhum, e das últimas a ser colocadas porque sendo das Câmaras que mais tarde pagam deixam-nos sempre para o fim. Referiu que há concelhos já com decorações há mais de um mês. Por último, recordou que, no dia oito de dezembro de dois mil e catorze, pelas onze horas, um senhor cuja etnia não interessa, chocou com o candeeiro de iluminação pública que iluminava três estabelecimentos (o notário, a antiga papelaria Quintas hoje loja do Oriente e a sua loja, mais conhecida por senhor Zézinho) e que considera um dos mais importantes daquele espaço. Salientou que, um ano depois, o candeeiro ainda não está no local e gostaria de saber o que é feito dele, se



J. A.

desapareceu. Referiu que a Sra. Presidente só responde se quiser pois já está habituado a não ter resposta. -----

**O Sr. João Lourenço Farinha** referiu-se a uma fossa séptica, sita na Estrada do Prado, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, por suspeitar que a mesma não se encontra completamente vedada (estanque) e está a originar a secagem de árvores e videiras do seu terreno, bem como a contaminar a água de um furo. Disse que é proprietário de uma casa na referida freguesia, em local isolado, na qual não mora ninguém mas onde tem animais, um furo e outros bens, existindo ali mais duas casas, uma que não é habitada há mais de dez anos e outra que foi sujeita a obras e é habitada há cerca de oito anos. Deu conhecimento de que, ao fazer a renovação da licença do furo fez análises à água e foi apurado que a água está contaminada, imprópria para rega e para contato com animais e com a pele humana (entre outros parâmetros, o valor de coliformes fecais é muito elevado e, segundo o informaram, nem daqui a dez anos terá água em bom estado), o que vem explicar o fato de as árvores do seu quintal e as videiras estarem secas e de as frutas apodrecerem e caírem a meia criação. Referiu que só pode suspeitar que esta situação resida na fossa séptica da única casa habitada naquele local e que, ao falar com o pedreiro sobre as obras daquela casa e da respetiva fossa, o mesmo lhe confirmou que a fossa não está devidamente isolada e se disponibilizou para explicar como é que foi feita. Disse que, com certeza, ocorreram infrações subterrâneas internas, não visíveis à superfície, pois o fundo da fossa é em piçarra, não está rebocada e tem algumas aberturas. Deu conta de que à superfície não se vê nada pois, em tempos, fizeram um charco, meteram um limpa-fossas automático e esteve sete anos um tubo a correr para o meio do mato sem que tenha dado por isso. Em face disto, requereu a atuação da Câmara Municipal e também da Delegação Concelhia de Saúde, sabe que se deslocaram ao local os SMAS e, mais tarde, a Autoridade de Saúde do ACES do Médio Tejo acompanhada de duas técnicas de saúde ambiental. Informou que só foi contactado pela Delegação de Saúde para ir ao local mostrar a situação e que, no relatório desta vistoria é referido que não foram detetados derrames ou vestígios de infiltrações e que é da responsabilidade da Câmara Municipal averiguar as condições da referida fossa. Referiu que apresentou um novo requerimento à Câmara Municipal para que fossem averiguadas as condições da fossa, tendo recebido uma carta a dizer que o processo foi encerrado com base no relatório dos SMAS e da Delegação Concelhia de Saúde. Disse que, sendo certo que a água do seu furo está contaminada e as árvores todas secas, e que é da responsabilidade da Câmara Municipal averiguar as condições da referida fossa, de acordo com os artigos décimo segundo e seguinte



*J.*

do RMEU, pede à entidade responsável que, com brevidade, averigue em termos técnicos a construção da fossa e ajude a encontrar o problema que contamina a água do furo e, mais tarde, as linhas de água existentes, nomeadamente um ribeiro que ali existe.-----

**A Sra. Presidente** disse que esta situação acontece numa zona que não é servida por sistema público de saneamento pelo que os SMAS nada podem fazer, apesar de se terem deslocado ao local e terem informado aquilo que foi possível verificar sem entrar no terreno privado. Informou que, na sequência dessa informação, os fiscais da Câmara se deslocaram ao local para contactar o proprietário e poderem entrar no terreno, mas tal não foi possível. Deu conta de que, a pedido da Câmara, foi ainda realizada uma vistoria pela Delegação de Saúde, cujo relatório é do conhecimento do município e foi enviado para a Agência Portuguesa do Ambiente, que, sendo a entidade competente para analisar a situação, já promoveu uma vistoria, aguardando-se o respetivo relatório. Disse que, sem esse relatório não sabem se se confirma o que o senhor diz, que a fossa não está estanque e está a contaminar os lençóis freáticos, embora, atendendo ao tipo de solo, exista uma probabilidade muito grande de acontecer. Informou que aguardam esse relatório para avançar e que a Câmara só pode intervir com outra fiscalização se o interessado fizer o pedido e pagar as taxas devidas. Disse que, apesar de caber ao município essa decisão não lhe parece necessária esta intervenção pois podem resolver a questão sem mais custos para este, logo que seja rececionado o referido relatório. -----

**O Sr. João Farinha** disse que só a Delegação de Saúde o contactou mas teve conhecimento de que andou lá um senhor estrada abaixo estrada acima que terá referido ter visto duas fossas com rede por cima. Adiantou que não são fossas e sim aquários de peixes que teve no local mas desistiu porque morria tudo o que lá pusesse. -----

**A Sra. Presidente** disse que o reclamante não tinha que ser contactado pela APA pois, a existir, o problema não está no seu terreno. Sublinhou que o que agora importa é resolver esta situação, que terá sido criada quando a fossa foi licenciada e construída, dependendo o prosseguimento do processo do relatório da vistoria da APA, que se aguarda e será oportunamente comunicado ao município. -----

**O Sr. João Farinha** reiterou que, à exceção de um senhor que é topógrafo, que lá foi no início e filmou aquilo, nunca lá viu ninguém nem lhe disseram nada. Salientou que, em dez anos está perdido o resultado de trinta anos de trabalho e que as águas continuam a correr através de uma mangueira de três quartos e a infiltrar-se no terreno. Deu conta de que a casa de



J. A.

baixo foi adquirida por uns ingleses e que as árvores deles também já se foram pois está tudo contaminado. -----

**Terminado o período de atendimento ao público, a Sra. Presidente deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções:** -----

**A Sra. Presidente** começou por se referir à informação que o Comandante dos Bombeiros prestou publicamente sobre a situação das ambulâncias, para informar que, neste momento, estão todas operacionais, exceto uma que está parada porque carece de substituição do motor e decorre o procedimento para proceder à respetiva aquisição. Recordou que, na penúltima sessão, a Assembleia Municipal aprovou o contrato de leasing para aquisição de uma nova ambulância, cujo processo está em curso para que tenham uma nova ambulância em Tomar, sendo certo que as existentes estão efetivamente muito velhas e alguma (s) terão que abater. Deu conhecimento que, na próxima segunda-feira, irá ter uma reunião com a EPAL, que, no âmbito do processo de reestruturação do setor das águas foi integrada na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, assim como a Águas do Centro, e está a proceder à integração global dos vários sistemas num único. Disse que serão ali discutidas as questões pendentes com a AdC bem como a obra de Palhavã de Cima, prevista no Orçamento para dois mil e dezasseis. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** disse que, apesar de, por ausência, não se ter concretizado a inscrição efetuada por feirantes para o atendimento ao público, para abordar os pagamentos e entradas no mercado municipal e apresentar sugestões, pode informar que tem feito um trabalho de acompanhamento da situação da feira semanal junto da comissão de feirantes. Deu conhecimento que efetuou o balanço da ação executada pela PSP, quer com a referida comissão quer com o senhor Comissário da PSP. Deu conta que está assente que a PSP irá fazer mais algumas ações do tipo daquela que promoveu há quinze dias, sendo da sua exclusiva responsabilidade a respetiva organização, implementação e natureza, mais ou menos musculada, sendo certo que vão continuar a ocorrer sem intervenção direta de funcionários municipais e que não vão ser objeto de divulgação, vão ser sempre ações de surpresa com o objetivo de só permitir que tenha acesso a vender quem, comprovadamente, tenha os dois últimos meses em dia, independentemente da dívida anterior. Referiu ainda que os feirantes vão continuar a ser avisados de que, no momento em que se verificar a transferência do local da feira semanal só terá lugar no novo espaço quem tiver tudo pago. Disse que, assim, procuram impedir que a dívida continue a aumentar, começam a fazer alguma limpeza e a implementar uma política de igualdade de tratamento para todos pois todos os que vendem



têm que pagar. Quanto ao mercado municipal, recordou que promoveu uma reunião com os vendedores, assente na previsão de a transferência poder ocorrer entre doze e dezanove de dezembro, mas a empresa que procede à colocação do chão não libertou o espaço no dia dois, como era previsto, o que atrasou uma semana, pois o chão tem que ficar cinco dias sem ser utilizado e há ainda acabamentos para concluir. Disse que este atraso impede que se possa concretizar a hipótese de transferência naquelas datas, já de si muito apertadas, pelo que optaram por fazer a abertura no início de janeiro, tendo em conta que se havia já decidido não concretizar a mudança na semana do Natal e do ano novo. De seguida, referiu as notícias que surgiram - e que, de alguma forma, estão confirmadas - quanto à abertura da medicina interna em Torres Novas. Disse que foram surpreendidos com a situação pois, tal como foi referido na reunião que tiveram com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, havia a intenção de abrir a medicina interna em Tomar e em Torres Novas, e, agora, o que está para acontecer é a abertura em Torres Novas, em janeiro, por decisão do anterior Governo e do Conselho de Administração. Afirmou que não pode acontecer esta discriminação relativamente ao nosso hospital e a Tomar, pois temos vários internamentos internos (cirurgia um, cirurgia dois, cirurgia três, urologia, psicologia, cuidados paliativos, hospital de dia de oncologia) que requerem apoio da medicina interna, e não podem, de maneira nenhuma, aceitar que, mais uma vez, Tomar seja preterido e noutra hospital as coisas avancem sem que avancem também no nosso hospital. Nessa medida, informou, já foi pedida uma reunião ao Conselho de Administração do CHMT, com caráter de urgência. Referiu que, no próximo dia dezasseis, vai realizar-se uma reunião do Conselho Consultivo, previamente agendada, e gostava de ouvir sugestões aos senhores vereadores, pistas para a sua postura nessa reunião, sendo certo que, naturalmente, vai levantar a questão e vai manifestar o completo desacordo da Câmara Municipal com esta decisão. Afirmou que, para não serem confrontados com mais decisões deste tipo, até porque se operaram alterações a nível do respetivo ministério, entende que é altura de solicitar uma reunião ao Sr. Ministro da Saúde, e que é oportuno fazer uma reunião com os Srs. Presidentes de Junta no sentido de começarem a pensar seriamente em mobilizar a população - gostava de ouvir as opiniões sobre isto - para conseguirem, de alguma maneira e de uma vez por todas, resolver o problema do Centro Hospitalar do Médio Tejo, que tantas dores de cabeça tem dado ao longo destes anos.-----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** interveio para esclarecer um assunto que, na semana passada, foi notícia nos órgãos de comunicação social, o qual, para além da situação em si



serve também de referência para outras situações. Referiu que há uma senhora que, no dia das eleições, caiu num estabelecimento de ensino onde funcionaram as assembleias de voto, cuja filha entende que a responsabilidade pertence ao Município de Tomar. Recordou que, não esteve em Tomar nessa semana mas, do que leu, são ditas algumas coisas que não correspondem à verdade, nomeadamente no diálogo que existiu entre o Município e a cidadã em causa, sendo-lhe até atribuídas algumas afirmações que não fazem sequer parte da sua natureza. Salientou que, independentemente de perceberem e terem em conta a situação da pessoa que caiu e fraturou os dois braços, e das complicações que advêm para o seu dia-a-dia, têm que agir dentro da legalidade e nessa medida, consultados os nossos serviços jurídicos, não pode o Município ou qualquer dos seus representantes assumir uma responsabilidade porque assim o entende, é preciso que exista uma entidade externa que declare que há responsabilidade do município para que possa haver pagamento, ou o que quer que seja, até porque, na verdade, também nunca foi devidamente colocado o que é que se pretende do município. Disse que, no essencial, a questão é que tem que se verificar um conjunto de fatores para que esta responsabilidade seja assumida e não pode ser um dos eleitos a assumir que o município tem responsabilidade porque, no futuro, numa qualquer inspeção de caráter financeiro, pode, naturalmente, ser questionado porque é que assim foi neste caso e não foi noutros trezentos que vão acontecendo. Afirmou que não está em causa perceberem a situação da senhora mas sim que, por muito que compreendam, não pode ser o Município a assumir essa responsabilidade. Disse que o Município não tem, nem nunca teve, seguro de responsabilidade civil para cobrir estas situações, referindo que, se o mesmo existisse caberia à seguradora apurar a situação, e, tal como disse à senhora, perante a inexistência desse seguro, infelizmente, a única possibilidade é que o Tribunal venha dizer que o Município é responsável pois, nessa altura, estarão legitimados para cumprir as responsabilidades que venham a ser apuradas. Sublinhou que, sem haver esse apuramento de responsabilidades externo ao Município não pode ser um deles a decidir casuisticamente sobre essa responsabilidade, havendo, no passado, outras situações semelhantes onde a questão que se coloca é a mesma. Por último, informou que, no dia dezanove do corrente mês, vão levar a efeito no Cineteatro, em horário a definir, a festa de natal para os filhos dos trabalhadores até aos onze anos, organizada pelos serviços de educação e de turismo e cultura, replicando o modelo iniciado o ano passado, que permite um menor custo financeiro e logístico. Convidou todos a estarem presentes. -----





**O Sr. Vereador João Tenreiro** começou por se referir ao concurso de mobilidade para técnico de informática, a que concorreu o Chefe de Gabinete da Sra. Presidente, questionando em que situação se encontra o procedimento, que critérios de seleção foram usados, se está parado ou se é verdade que vai ser anulado e, em caso afirmativo, porquê. Depois, sobre a situação que ocorreu com as ambulâncias, disse que é algo que não pode voltar a acontecer pois a Sra. Presidente pode dizer que tem uma frota velha, envelhecida, mas terá que haver uma boa gestão dessa frota porque um Concelho como Tomar não pode ficar desprovido de ambulâncias como ficou. Disse que a situação é muito grave e esperam que não volte a acontecer, lembrando que, poucos meses depois de ter tomado posse, nas comemorações do um de março, a Sra. Presidente fez questão de inaugurar e benzer uma ambulância que tinha sido adquirida. Recordou que essa compra foi objeto de um requerimento dos vereadores do PSD, onde apresentaram um conjunto de perguntas relativas a essa ambulância, tendo-lhes sido respondido, genericamente, o procedimento e o preço. Referiu que esta ambulância foi adquirida em segunda mão, têm informação que tem estado constantemente avariada e teve já arranjos superiores a dez mil euros, pelo que gostaria de saber se é verdade ou se é mentira. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro requereu** relativamente à ambulância usada adquirida para renovar a frota de ambulâncias, inaugurada a um de março de dois mil e catorze, informação do tempo que esteve parada nas oficinas, contabilização dos custos diretos e indiretos da sua inoperacionalidade e apresentação de cópias dos documentos de despesa das reparações efetuadas. -----

Continuando, o **Sr. Vereador João Tenreiro** disse que já não sabe como é que deve abordar a questão porque tem que haver algum respeito institucional entre os vereadores eleitos, e também por quem os elegeu. Disse que já nem refere os requerimentos que fazem e não têm resposta, nomeadamente o requerimento formulado relativamente ao concurso de mobilidade para técnico de informática, cuja resposta ainda hoje aguardam, entre outros. Referiu que estava a querer evitar comunicar esta situação à CADA porque são todas pessoas de bem e porque entende que, quando alguém não lhes responde é porque não teve tempo para o fazer – o trabalho é muito – mas também entende que, quando passam meses, um ano, já não é falta de tempo, é desleixo, e diz desleixo para não dizer falta de respeito. Disse que falta de respeito é não agendar as propostas que os vereadores da oposição apresentam, referindo concretamente a proposta que os vereadores do PSD apresentaram em onze de março de dois mil e quinze, relacionada com o Portugal dois mil e vinte, onde propunham destacar dois



9

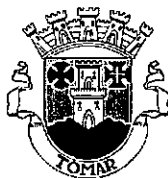
funcionários da autarquia, dois dias por semana, para colaborar e informar os empresários sobre os fundos que o referido programa ia disponibilizar às empresas sediadas no interior do país, bem como publicitar a existência desse gabinete, por forma a garantir que os empresários têm conhecimento desta ajuda disponibilizada pela autarquia, permitindo com tal ação que as empresas do Concelho de Tomar aumentem a sua competitividade concorrendo de forma igualitária com outras empresas do país. Sublinhou que, perante a lei, esta proposta deveria ter sido agendada na reunião seguinte, devia ter integrado a ordem de trabalhos que a Sra. Presidente elabora, e, mais uma vez, tal não aconteceu, sem que perceba porquê. Recordou que, na questão do IMI familiar viram ser atrasada a proposta que apresentaram, primeiro sem saberem porquê, e, depois, viram que foi para tivesse a bandeira do PS, e não a do PSD. Perguntou se estarão à espera de constituir o gabinete para ter também a bandeira do PS. Disse que, dantes, irritava-se com isto mas, hoje em dia, entende que não vale a pena porque a lei é muito clara, e, se a Sra. Presidente não quer aprovar a proposta tenha a coragem de a agendar e não a aprovar na reunião, vote contra e diga que não quer ajudar os empresários em Tomar por não haver um gabinete de apoio no âmbito do Portugal dois mil e vinte, mas tenha a coragem de o dizer. Disse que, se apresentam propostas e elas não são agendadas a Sra. Presidente não pode dizer lá fora que a oposição não colabora com esta Câmara, deve ter a coragem de trazer aqui a proposta e de a chumbar, dizendo que não quer apoiar os empresários, que tem outras formas de o fazer (já viram que não funcionam, como o Tomar Via Verde, relativamente ao qual requereram para saber quantas empresas se criaram em Tomar, ou estão em curso, no âmbito deste projeto, e ainda aguardam a resposta), que tem um projeto seu que não funciona mas não quer este do PSD. No que se refere à medicina interna ir para Torres Novas, entende que, em Tomar, não podem deixar que aconteça, acham muito bem que vá para Torres Novas como deverá vir também para Tomar. Reiterou o que sempre disse, que os hospitais não são hospitais sem medicina interna, podem ter outro nome mas não são hospitais, e é necessário que Tomar tenha esta valência. Todavia, disse, tem que voltar a insistir na necessidade de ter um plano de ação da saúde de Tomar porque, por muitas reuniões que possam ter, sem levar dados e estudos concretos, para demonstrar que a medicina interna faz falta em Tomar – todos sabemos que faz falta em Tomar e em todo o lado, mas sem um estudo concreto do número de população que temos, do número de pessoas que se serviam do Hospital de Tomar quando tinha medicina interna, da respetiva zona abrangente e da situação geográfica de Tomar, sem isso, as palavras leva-as o vento e estar numa reunião sem dados concretos é algo que, depois, acaba por se esvaír. Aconselhou



9

o Sr. Vereador Bruno a reunir alguns dados concretos previamente à reunião com a Secretaria de Estado ou com o Ministro para que possam demonstrar a grande necessidade que há de ter a medicina interna em Tomar. -----

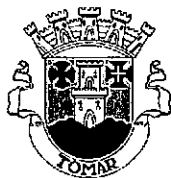
**A Sra. Presidente** referiu que não pode deixar de reparar que o Sr. Vereador começou por assuntos que não dizem nada aos tomarenses e foi deixado para o fim aquilo que diz efetivamente respeito aos tomarenses. Salientou que todas as forças políticas têm estado, de comum acordo, numa posição de diálogo em relação à saúde, como o demonstram as reuniões tidas com o Conselho de Administração nas quais, lembrou, sempre foi dito que nada iria ser feito sem que a Câmara Municipal fosse ouvida. Disse que são agora confrontados com esta questão, por demais importante para a população de Tomar, e não percebe como é que o Sr. Vereador a deixa para o fim. Questionou se Torres Novas apresentou estudos e se resolveu alguma coisa terem estado numa postura de diálogo em relação a esta questão, e afirmou que, independentemente do Governo, entende que têm que partir para outras formas de fazer vincar a necessidade de prestação de cuidados hospitalares à população do Concelho. No que se refere às ambulâncias, disse ao Sr. Vereador que, durante dezasseis anos não compraram uma única ambulância e, agora, têm estado a comprar uma ambulância por ano (compraram uma em dois mil e catorze, estão a comprar uma este ano e, assim que iniciarem o orçamento de dois mil e dezasseis farão os procedimentos necessários para adquirir outra), pelo que muito estranha que o Sr. Vereador diga que está a haver má gestão da frota de ambulâncias quando, recordou, foi falado na Assembleia Municipal, até por um deputado municipal do PSD, que houve médicos que se recusaram a entrar numa ambulância dos Bombeiros de Tomar porque elas não tinham condições. Salientou que, há pouco tempo, passaram por uma dificuldade mas nunca o Concelho de Tomar deixou de ter cobertura de ambulâncias, porque também não gosta de ver uma corporação de outro concelho vir prestar socorro ao Concelho de Tomar. Voltou a referir ao Sr. Vereador que estiveram dezasseis anos sem comprar uma única ambulância, assim como também não compraram um único equipamento para a FAI, e agora compraram. Afirmou que as coisas são feitas a pouco e pouco, e que não é possível, como gostariam, comprar quatro ou cinco ambulâncias, têm que comprar à medida que é possível. No que se refere ao concurso de técnico de informática, disse que, como os Srs. Vereadores sabem bem, há um júri nomeado que, faz hoje uma semana, lhe entregou a ata, a qual é pública e contém os critérios e a avaliação de cada concorrente. Referiu que, como também sabem, o processo não está terminado e os candidatos vão ter que ser notificados em sede de audiência prévia. Informou que, a não ser que algum dos candidatos invoque alguma



matéria para que o concurso seja anulado não vê razão para que esse concurso, ou qualquer dos outros, seja anulado. Relativamente à criação de um gabinete de apoio ao investidores, estranha que os Srs. Vereadores saibam tanta coisa, até que a ambulância que compraram o ano passado já teve dez mil euros de arranjos, e não saibam que, há vários meses, temos a funcionar o Gabinete Tomar dois mil e vinte, cinco dias por semana, trinta e cinco horas semanais, vocacionado para ajudas ao investimento público porque, para o investimento privado, há uma associação de comerciantes e o NERSANT, que têm muito mais know-how nesta matéria, à qual os investidores privados podem recorrer. Deu conhecimento que, este gabinete dá apoio ao investimento público e também aos investimentos que nesse âmbito podem ser feitos por privados, atentas as estratégias públicas do Município. Deu como exemplo, o investimento privado que o CAST pretende fazer, inserido num espaço público e numa determinada estratégia que o Município tem para aquele espaço público, onde o referido gabinete dará todo o apoio que for necessário. Reforçou que o gabinete está criado há vários meses e tem estado a fazer as poucas candidaturas que vão abrindo do Portugal dois mil e vinte, e que os privados têm associações com maior know how do que qualquer funcionário municipal possa ter nestas matérias do investimento privado. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** disse que quer tranquilizar o Vereador João Tenreiro no que se refere à capacidade de fundamentar as posições e propostas porque há estudos desde oitenta e dois ou oitenta e três - quando, há muitos anos, esteve na Assembleia Municipal já havia estudos para fundamentar a construção, a implementação e tudo mais, havia e continua a haver - e não vai ser por aí que a medicina interna e outras coisas da área da saúde não vêm para Tomar. Disse que os problemas são outros, são as opções políticas dos Governos, são essas as questões centrais, e os interesses económicos de grupos ligados à saúde, infiltrados no Serviço Nacional de Saúde e, se calhar, durante muito tempo, infiltrados no Centro Hospitalar do Médio Tejo. Disse que essas é que são as questões e não requerem estudos, sendo apenas uma questão de investigação.-----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** disse que começar pelo fim ou pelo início não significa que se dá mais importância ao que é dito no fim ou no princípio, aliás, muitas vezes, termina-se com o mais importante para ficar na retina, para as pessoas se lembrarem. Disse que, como todos sabem, e muitas vezes aqui disseram, a saúde não tem, nem deve ter, cor política, recordando que, quando o PSD era Governo, nunca se ouviu aqui ninguém do PSD defender qualquer política que tirasse valências ao Hospital de Tomar. Referiu que o Vereador Bruno pediu a colaboração dos vereadores nesta questão, e o aconselha que, quando forem para reuniões



sejam portadores de dados concretos, se os há melhor ainda, devem ser levados para poder combater aqueles interesses instalados que disse que existem – e, infelizmente, todos sabem que existem, na área da saúde, na área social, todos sabem e não vale a pena colocar a cabeça na areia e fingir que nada existe -, devem levar algo estudado e concreto para explicar que, de facto, Tomar é a capital do Médio Tejo. Disse que, enquanto não fizerem valer esta questão, com todos os números e dados estatísticos que comprovem que não foi alguém que se lembrou de o dizer, vão perdendo estas valências, quer para Abrantes quer para Torres Novas. No que se refere ao Portugal dois mil e vinte, disse que a Sra. Presidente já estava a discutir a proposta do PSD sem a ter submetido ao Executivo, quando o que referiu é que a Sra. Presidente não submete as propostas do PSD a aprovação na reunião de Câmara, como está obrigada por lei. Referiu que a Sra. Presidente está agora a discutir que há pessoas com mais know how para apoiar essas questões mas deve trazer a proposta, promover a sua discussão e ter a coragem de votar contra, alegando então que há associações empresariais que estão mais vocacionadas para encaminhar para as empresas os fundos comunitários do Portugal dois mil e vinte, ter a coragem de o fazer e a Câmara Municipal demitir-se deste serviço público de ajudar as empresas, que é o que, basicamente, a Sra. Presidente acabou por dizer. Quanto ao concurso de mobilidade disse que, do que ouviu, lhe parece que não vai ser anulado. Relativamente à questão das ambulâncias, disse que não sabe se, em dezasseis anos, foram adquiridas ambulâncias ou não, mas, em qualquer das situações, foi o PSD que esteve no Executivo nesses dezasseis anos, não era vereador nessa altura, e o PS também esteve no poder e teve a pasta da proteção civil, o Chefe de Gabinete da Sra. Presidente teve a referida pasta e nada fez para comprar uma ambulância se, na altura, entendia que era tão necessário. Disse que, por outro lado, passado pouco tempo, a primeira que a Sra. Presidente comprou passa a maior parte do tempo na oficina, o que o leva a dizer que, se assim é, há má gestão da frota. Referiu que o requerimento que fez sobre essa ambulância adquirida no início de dois mil e catorze, apresentada no dia um de março desse ano, lhe permitirá avaliar se há ou não má gestão da frota pois, se temos algo que não funciona e compramos algo que não funciona continuamos a não ter nada.-----

**A Sra. Presidente** disse ao Sr. Vereador que deve aguardar pela resposta para, depois, ver a rentabilidade do investimento que foi feito e que, apesar de haver competências delegadas, há uma coisa que, no presente e no passado, foi delegada nos vereadores com algumas limitações, concretamente a autorização de despesa que agora está limitada a mil euros e antes estava limitada a doze mil euros. Disse que, assim, todas as despesas vão ao presidente



e uma ambulância não custa doze mil euros, a competência na altura para autorização da despesa era de quem detinha a competência da área financeira. Deu o exemplo, à data, de um vereador que pretenda fazer algo que custe vinte mil euros não ter competência delegada para o efeito pelo que é a Presidente que despacha essa despesa, mas o vereador não pode ser acusado de não propor. -----

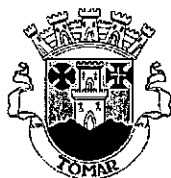
**O Sr. Vereador João Tenreiro** disse à Sra. Presidente que não tente mandar areia para os olhos porque não foi isso que disse, sabe que a realidade é assim, todos sabem. Perguntou o que é que foi feito pelo PS quando teve a proteção civil porque, naquela altura, podia ter feito uma proposta para aquisição dessas ambulâncias, pois é disso que esteve a falar - e a Sra. Presidente sabe-o bem-, não se referiu ao montante para as atividades correntes para gerir o pelouro pois, se o mesmo entendesse fazia uma proposta no sentido de ser adquirido tendo em conta as necessidades, e nada disso viu. -----

**A Sra. Presidente** disse que foi isso precisamente que esteve a dizer, que o vereador podia fazer-lhe a proposta e, se não concordasse, não aprovava a despesa. -----

**O Sr. Vereador Hélder Henriques** referiu-se à intervenção inicial do Vereador Bruno relativamente à ação da PSP e ao controlo do não pagamento no mercado, e disse que é com agrado que os IpT registam esta ação e ficam muito satisfeitos por verem de fora desta os funcionários do mercado, porque são aqueles que estão mais expostos e são, por vezes, ameaçados pelos não cumpridores do mercado. No que se refere ao incidente que ocorreu no dia quatro de outubro na EB1 Templários, e à notícia que veio publicada na imprensa, disse que é preocupante o facto de a lesada ter referido que, no dia dezanove de outubro, entre as dezassete e trinta e as dezoito horas, teria havido uma comunicação do gabinete da Sra. Presidente onde foi dito "sofreu o acidente ... não tivesse ido votar". Disse que é preocupante que estas coisas tivessem acontecido, se é que corresponde à verdade, pois não sabe se terá sido assim ou não. -----

**A Sra. Presidente** informou que este assunto foi sempre tratado pelo vereador Hugo Cristóvão, quem falou algumas vezes com a filha, não tendo nunca havido contato consigo ou com o seu gabinete. Afirmou que nunca falou com a pessoa, apenas assinou o ofício a comunicar a ocorrência e a pedir esclarecimentos à Comissão Nacional de Eleições, porque diz a lei que é da competência do presidente a assinatura da correspondência para entidades e organismos públicos. -----

**O Sr. Vereador Hélder Henriques** disse que se têm verificado com frequência atropelamentos nas passadeiras da cidade, sendo um assunto que se torna preocupante,



particularmente porque entendem que as razões se prendem essencialmente com a falta de iluminação durante a noite e com a deficiente localização das passadeiras nalguns locais. Deu como exemplo a passadeira localizada a meio da Avenida Norton de Matos, sensivelmente em frente ao Novo Banco, relativamente à qual, em tempos, foi colocada a hipótese de ser colocada à saída da ponte, no sentido ascendente. Disse que, na verdade, à sexta-feira, é lá que grande parte dos utentes do mercado atravessam, com riscos para eles e constrangimentos para o trânsito. Disse que não sabe se será uma hipótese a considerar, a par da abertura do passadiço inferior da Ponte Arantes e Oliveira, precisamente entre o mercado e a zona do parque de estacionamento de Santa Iria, o que, neste momento, até está facilitado por se ter ali efetuado o corte de um eucalipto e de um choupo. Referiu que, à sexta-feira, a abertura dessa passagem iria facilitar grandemente a travessia de peões. Disse que, no inverno, devia ser considerada a alteração do horário de funcionamento da iluminação pública pois às dezassete horas é de noite, assim como devia ser ponderada a colocação de pirilampos intermitentes que muitas passadeiras já tiveram, mas entretanto desapareceram, pois constituem uma forma de alertar o peão e o condutor para a localização das passadeiras. Sugeriu ainda que pudesse ser revista a iluminação pública, verificando onde é mais ou menos necessária, dando conta que, há uns tempos, foi alertado para o facto de, na Rua Fábrica da Sola, existir uma zona onde não vive ninguém e os prédios estão por acabar, onde há luzes acesas durante toda a noite, com desperdício para o erário público. Por último, referiu o parecer da ANMP, sobre o qual os IpT gostariam de saber o que é que a Sra. Presidente pretende fazer face ao mesmo, relativamente ao seu Chefe de Gabinete, pois, provavelmente deve ter alguma coisa em vista e há-de transmitir ao Executivo. -----

**A Sra. Presidente** disse que recebeu o referido parecer através da Assembleia Municipal, que solicitou que a Câmara Municipal pedisse um parecer, e vai fazer o que aquele órgão lhes pede. No que se refere à iluminação pública e às passadeiras, disse que têm ainda que atender à questão das árvores. Informou que já tinham detetado a situação exposta relativamente à passadeira da Avenida Norton de Matos, a meio da subida, e, dependendo de como as coisas correrem há a intenção de a deslocalizar para local próximo da entrada do parque de Santa Iria. Recordou que a via é uma estrada nacional e que esta mudança carece de autorização da Infraestruturas de Portugal, sendo certo que, já em tempos, pediram essa autorização à Estradas de Portugal que argumentou que a alteração acarreta uma carga excessiva parada em cima da ponte, argumento que não faz sentido nenhum, até porque existe uma outra passadeira e a carga parada acontece quer em sentido descendente quer em sentido



descendente. Disse que aguardam o parecer da Infraestruturas de Portugal porque não podem mudar a passadeira sem autorização. No que se refere ao horário da iluminação pública informou que já foi pedido à EDP que altere o relógio astronómico, que desligue mais tarde e ligue mais cedo, pois também entende que o horário de inverno não está ajustado às necessidades dos cidadãos, concretamente daqueles que apanham o comboio das seis e quarenta e cinco, que se deslocam já com a iluminação pública desligada. Referiu que temos outro tipo de problema a este nível derivado da tecnologia dos nossos candeeiros e que, no centro da cidade, há um conjunto de passadeiras onde a iluminação é fraca, mesmo com postes de iluminação no local e sem árvores ao pé. Informou que estão a ultimar um processo, que trarão depois ao Executivo, para conhecimento, no sentido de, para já, todas as luminárias da zona nova passarem a ter tecnologia LED. Exemplificando, disse que quem vai da Avenida Ângela Tamagnini para a Rua de Coimbra, onde essa tecnologia é utilizada e permite uma iluminação diferente, parece que se passa da noite para o dia. No que se refere à sugestão de colocação dos avisadores junto às passadeiras, informou que foi solicitado aos serviços que apresentem uma estimativa de custos para todas as passadeiras, a qual aguarda para poder decidir. Informou que, aproveitando uns restos de financiamento do anterior QCA, vai ser alterada a tecnologia dos semáforos pois a que possuem é muito antiga, estão constantemente avariados, consomem muito e é o Município que paga. Deu conta que conseguiram ainda uma candidatura com uma taxa de cofinanciamento de cerca de cinquenta por cento e vão avançar com a remodelação de todos os semáforos em funcionamento. -----

**O Sr. Vereador Hélder Henriques** perguntou qual é a viabilidade de promover a abertura do passadiço inferior uma vez que não seja possível a deslocalização da passadeira, pelo menos à sexta-feira. -----

**A Sra. Presidente** recordou que o assunto do passadiço foi abordado pelo PS na campanha eleitoral, por entenderem que não fazia sentido o atravessamento superior havendo a possibilidade de passar por baixo, e das primeiras coisas que fizeram quando tomaram posse foi pedir aos serviços que avaliassem a situação. Informou que a informação que obteve é que o passadiço inferior não oferece condições de segurança para o efeito. Disse que, se não conseguirem alterar a localização da passadeira, que será sempre mais barato, poderão equacionar a realização de algumas obras para colocar a passagem inferior (infraestrutura) com as condições de segurança necessárias. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** disse que, não tendo acesso a toda a documentação, como a Sra. Presidente tem, os vereadores confiam nas informações que lhes dá na reunião. Pediu à





Sra. Presidente que não dê informações que não correspondem à verdade porque a primeira resposta que lhe deu na interpelação que lhe fez relativamente à ambulância foi que o PSD não adquiriu uma única ambulância em dezasseis anos mas ainda bem que existem meios tecnológicos porque encontrou relato, relativo a setembro de dois mil e treze, que dá conta que os Bombeiros Municipais de Tomar foram reforçados com duas novas viaturas, um veículo de socorro (VSAT) e uma ambulância, num investimento global de cento e oitenta e um mil euros mais IVA. Pediu à Sra. Presidente que, nessa qualidade, não faça política, pois estão a discutir uma questão e não lhe deve dar respostas do tipo vocês estiveram dezasseis anos. Disse que o PSD esteve dezasseis anos, foi julgado, o PS ganhou as eleições e compete-lhes governar, mas sem mandar areias para os olhos ou dar informações que não correspondem à verdade, para justificar aquilo que não tem justificação, se não sabem fazer uma boa gestão da frota assumam a responsabilidade, digam que correu mal e porque é que correu. Disse que o que pretende é saber dessa ambulância, apresentada em março de dois mil e catorze, se teve ou não os prejuízos que referiu, porque é algo que passa para fora e, no âmbito do direito de oposição, requereram em ata que lhes seja prestada essa informação. No que se refere a promessas eleitorais, de que a Sra. Presidente falou ao Vereador Hélder, disse que as dos cem dias a Sra. Presidente já admitiu que não as cumpriu, mas gostava de saber o que é que se passa com o quartel dos bombeiros que queria fazer na Serra. -----

**A Sra. Presidente** referiu que, num órgão político se faz política e disse que um VSAT não é uma ambulância. Recordou que, há pouco, o Sr. Vereador até falou no benzer e o que foi benzido foi a ambulância que compraram e o VSAT. Pediu ao Sr. Vereador que não esteja a dizer que fazem uma má gestão, aguarde primeiro os números e, depois, fale, com a análise dos números. Então sim, disse, se verá o que é uma boa e uma má gestão da frota. Afirmou que nunca ninguém falou em quartel dos bombeiros na Serra, que o que foi falado foi ter um posto avançado na Serra, durante os períodos dos ECINs. Informou que já têm o local, até próximo de uma saída que permite combater muito próximo o incêndio, quer do lado de Tomar quer do lado de Ferreira do Zêzere, e vai ser preparado para entrar em funcionamento na próxima época de incêndios, tendo já viaturas e homens preparados para isso. -----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia nove de novembro de dois mil e quinze, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.**-----

*J. M.*



**O Sr. Vereador Hélder Duarte Henriques não participou na votação por não ter estado presente na referida reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.**-----

**Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:**-----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia quatro de dezembro do ano de dois mil e quinze, o qual acusa os seguintes saldos: um milhão, setecentos e quarenta e sete mil e quatrocentos euros e sessenta e oito cêntimos (1.747.400,68€) em Operações Orçamentais, e duzentos e dezasseis mil e quarenta e dois euros e setenta e três cêntimos (216.042,73€) em Operações Não Orçamentais.-----

**N.º 01 - TARIFÁRIO DOS SMAS PARA 2016**-----

Foi presente a deliberação tomada a 30 de novembro pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar, propondo ao Executivo Municipal que seja praticado em 2016 o tarifário em vigor desde 1 de janeiro de 2015, e respetiva documentação.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta apresentada, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 02 - TRANSPORTE A PEDIDO NO CONCELHO DE TOMAR**-----

Foi presente, para conhecimento, informação da Sra. Presidente sobre o estudo "Transporte a Pedido no Médio Tejo", designadamente da proposta preliminar referente ao concelho de Tomar, e ponto da situação da respetiva implementação.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**N.º 03 - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2016 DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO**-----

Foi presente, para conhecimento, o Plano de Atividades e Orçamento para 2016 da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, aprovados em Assembleia Geral realizada a 24 de novembro de 2015.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----



**N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS NA SENHORA PRESIDENTE – despachos ao abrigo da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----**

Foi presente, para conhecimento, listagem dos despachos proferidos pela Sra. Presidente em novembro de 2015, no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, objeto de delegação por deliberação de 22 de outubro de 2013. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**N.º 05 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE NOVEMBRO DE 2015 -----**

Foi presente a informação n.º 435/2015 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, dando conhecimento das cedências do autocarro do Município durante o mês de novembro de 2015. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o apoio financeiro prestado no âmbito das cedências do autocarro efetuadas durante o mês de novembro de 2015, no montante total de 832,00€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

**GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----**

**N.º 06 - APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – novembro de 2015 -----**

Foi presente o relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação durante o mês de novembro de 2015. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os diversos apoios prestados, no montante global de 5,95€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

**GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----**

**N.º 07 – FEIRA DE SANTA IRIA 2015 – Relatório e Balancete -----**

Foi presente, para conhecimento, o relatório e o balancete da edição de 2015 da Feira de Santa Iria. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**

**N.º 08 - EMPREITADA DE VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE TOMAR - ÁREA 13 - BAIRO DA CHOROMELA – Liberação de caução -----**



Foi presente a informação n.º 6805/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a liberação de 90% das cauções prestadas pela empresa Construções JJR & Filhos, S.A., no âmbito da obra de valorização e revitalização do espaço urbano da cidade de Tomar, Área 13, Bairro da Chromela, no montante de 72.482,66€, após terem sido efetuadas as correções detetadas na vistoria realizada a 13 de agosto de 2015. ----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou liberar 90% das cauções prestadas, no montante de 72.482,66€, conforme proposto na supra referida informação, que homologa. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 09 - CEDÊNCIA DE VEICULO PESADO À JUNTA DE FREGUESIA DE PAIALVO -----**

Foi presente a informação n.º 6923/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a cedência de viatura para transporte de tout-venant à Junta de Freguesia de Paialvo, dando origem a uma despesa de 109,00€. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que, ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a referida cedência. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----**

**N.º 10 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES -----**

**REQUERENTE: Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira -----**

Foi presente o processo n.º 10/2014, relativo à construção do Pavilhão Multiusos na Urbanização da Boavista, em Linhaceira, Freguesia de Asseiceira, em nome de Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira, com informações n.ºs 5703/2015, 5704/2015, 5848/2015, 5850/2015, 6195/2015 e 6198/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o estudo relativo à diminuição do número de lugares de estacionamento apresentado pela entidade requerente, pelos fundamentos apresentados. ----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as supra referidas informações, deliberou aprovar o estudo e fundamentação para estacionamento apresentado pela entidade requerente, nos termos da alínea b) do número 5.1. do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação (RMUE).-----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, que



apresentaram a seguinte declaração de voto: "Votamos contra não contra o mérito do processo mas uma vez que nos parece que existe excesso de competência ao ser remetido para a reunião de Câmara uma vez que está nas funções subdelegadas a questão submetida a votação. Aliás, da informação constante, e apesar de amavelmente a Sra. Presidente ter lido o regimento não vem no processo a fundamentação pelo qual deverá ser submetido a este órgão. Nesse sentido, os Vereadores do PSD votam contra." -----

**N.º 11 - REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO PECUÁRIA EM BEMPOSTA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE TOMAR – Paulo Fernando Alves Fernandes, Cabeça de Casal da Herança de Maria Celestina Graça Alves**-----

Foi presente a proposta do Sr. Vice-Presidente relativa ao processo n.º 250/DIVER/DGT/2015, referente à regularização de exploração pecuária em Bemposta, Freguesia de São Pedro de Tomar, em nome de Paulo Fernando Alves Fernandes, Cabeça de Casal da Herança de Maria Celestina Graça Alves, com informações n.ºs 4101/2015, 5347/2015 e 5989/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da referida exploração.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as supra referidas informações, e considerando que o reconhecimento de interesse público na regularização implicará a redução do aglomerado urbano previsto para o local e que essa redução impede a regularização de diversas situações já referenciadas, deliberou propor à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, o indeferimento do pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização daquela exploração sita em Bemposta, Freguesia de São Pedro de Tomar. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge não tomaram parte nesta votação, tendo apresentado a seguinte declaração: "Uma vez que a proposta será de submeter à Assembleia Municipal, não sendo o órgão competente entendemos que o mesmo não deverá ser votado e deverá ser diretamente remetido à Assembleia Municipal não sendo apreciado neste órgão. Por isso os Vereadores do PSD não participam nesta votação." -----

Esta deliberação foi aprovada por três votos a favor e a abstenção do Sr. Vereador Hélder Duarte Henriques. -----

**N.º 12 - EXERCÍCIO DO DIREITO DE REVERSÃO DO LOTE 4 ALT DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR**-----



Foi presente o processo n.º 1351/2000, relativo a licenciamento administrativo para uma central de betão no lote 4 ALT da Zona Industrial de Tomar, em nome de Lenobetão, S.A., com informações n.ºs 5171/2013 e 4750/2015 da Divisão de Gestão do Território, e n.º 2752/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o exercício do direito de reversão do referido lote e das benfeitorias nele existente, sem direito a qualquer indemnização, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as supra referidas informações, deliberou:-----

1.- Exercer o direito de reversão do lote 4 ALT da Zona Industrial de Tomar, agora designado Parque Empresarial de Tomar, e benfeitorias existentes, a favor do Município, sem pagamento de qualquer indemnização.-----

2.- Promover audiência prévia dos interessados, na forma escrita, pelo prazo de 10 dias úteis, nos termos e para os efeitos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, findo o qual, na ausência de pronúncia, a presente deliberação se converte em definitiva, devendo proceder-se à marcação da escritura de reversão e notificar o atual superficiário a apresentar a documentação necessária à respetiva celebração.-----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.-----

### **N.º 13 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES**-----

**REQUERENTE: Fernando Rogério de Oliveira Esteves**-----

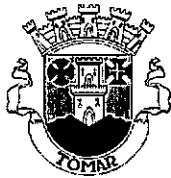
No seguimento da deliberação de 20 de julho de 2015, foi presente o processo n.º 864/2001, relativo a regularização de construção de muro confinante com a via pública, na Rua do Apeadeiro, n.º 92, em Casal da Lameirancha, Freguesia de Paialvo, em nome de Fernando Rogério de Oliveira Esteves, com informações n.ºs 5755/2015 e 5810/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento em definitivo, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade do licenciamento em definitivo, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.-----

### **DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

### **N.º 14 - TABELA DE PREÇOS DO PARQUE DE CÂMPISMO DE TOMAR - ATUALIZAÇÃO--**



Foi presente informação n.º 1801/2015 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atualização dos preços do Parque de Campismo de Tomar, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a tabela de preços do Parque de Campismo de Tomar nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge. -----

**EXPEDIENTE:** -----

**N.º 15 - FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DO CENTRO/ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO**-----

Foram presentes, para conhecimento, as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Tomar, em reuniões realizadas a 16 e 30 de novembro de 2015, sobre a água adquirida em agosto, setembro e outubro de 2015, e previsão dos volumes a adquirir às empresas EPAL e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.**---

